



DECRETO N. 0703, DE 17 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre a nomeação da Equipe de Agentes de Contratação/Pregoeiros, para condução dos processos de licitação, no âmbito do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências e revoga o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando solicitação do Superintendente Permanente de Compras e Licitação, através do [Memorando 120/CPL/PMJP/RO/2026 de 16/04/2026 \(ID 2611154\)](#).

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada, em consonância com Decreto nº 1383, de 11 de março de 2024, a Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros para condução dos Processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade do Município de Ji-Paraná, composta pelos seguintes servidores.

§ 1º Agente de Contratação/Pregoeiro:

- I - Hevileny Maria Cabral de Lima Jardim: Agente de Contratação/Presidente Pregoeira;
- II - Sônia Regina da Silva: Agente de Contratação/Pregoeira;
- III - Thaynara de Souza Marconi Leite: Agente de Contratação/Pregoeira;
- IV - Willian Gabriel Resende Matias: Agente de Contratação/Pregoeiro;
- V - Ana Paula de Souza Meireles: Agente de Contratação/Pregoeira.

§ 2º Equipe de Apoio:

- I - Adriana Souza Leite;
- II - Izabelly Paiva Porfírio;
- III - Vivian Vieira de Araújo;
- IV - Neurizete dos Santos;
- V - Danielly Melo de Souza.

Art. 2º A Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros ora nomeados deverão atuar nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei Federal n. 14.133/2021.

Art. 3º Fica revogado o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025 ([ID 2044611](#)).

Art. 4º Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Palácio Urupá, em 17 de abril de 2026

[assinado eletronicamente]
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 17/04/2026 às 10:01, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.jf-parana.ro.gov.br, informando o ID **2613313** e o código verificador **0CA5E1E5**.

Docto ID: 2613313 v1

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90059/SUPECOL/PMJP/RO/2026

ÓRGÃO CONTRATANTE (UASG)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RONDÔNIA (980005)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-12485/2024- SEMASF

OBJETO: Aquisição de materiais permanente (eletrodomésticos) para atender as necessidades das Unidades: Instituição Adélia Francisca, Casa da Mulher Ji- Paranaense, CRAS Morar Melhor II, CRAS São Francisco, CRAS Jardim dos Migrantes e Casa de Passagem, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família do Município de Ji-Paraná, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 24/06/2026 às 09:30h (*horário de Brasília*)

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

www.gov.br/compras/pt-br/

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

REGISTRO DE PREÇOS: NÃO

PARTICIPAÇÃO:

- Todos os itens são destinados à Participação de ME/EPP/EQUIPARADAS

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 34.797,44 (*Trinta e quatro mil, setecentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos*)

FONTE DE RECURSOS:

02 - PODER EXECUTIVO

18 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.245.0007.2012.0000 - Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

02 - PODER EXECUTIVO

18 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.245.0006.2014.0000 - Bloco da Proteção Social Básica

4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

EDITAL: Disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado e ainda no site www.ji-parana.ro.gov.br.

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:

Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc, estão consignados no Anexo I - Termo de Referência.

Demais informações e esclarecimentos: SUPECOL - Superintendência de Compras e Licitações, situada na rua dos Brilhantes, nº 130, bairro Urupá, em Ji-Paraná, estado de Rondônia - CEP 76.900-150-Telefone/WhatsApp: (0xx) 69-99975-2759 – e-mail: supecol@ji-parana.ro.gov.br.

Ji-Paraná, 03 de junho 2026.

Editais Elaborados por:

[assinado eletronicamente]

Danielly Melo De Souza

Equipe de Apoio

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

Responsável pela licitação:

[assinado eletronicamente]

Ana Paula de Souza Meireles

Pregoeira

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90059/SUPECOL/PMJP/RO/2026

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS.

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, através de seu (ua) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, nomeados por força das disposições contidas no **Decreto Municipal n. 0703/GAB/PMJP/2026**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, demais regulamentos vinculados aos procedimentos licitatórios e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 24 de junho de 2026, às 09h30min. (Horário de Brasília - DF)

LOCAL (endereço eletrônico): Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras/pt-br/

UASG: 980005

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-12485/2024 - SEMASF

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais permanente (eletrodomésticos) para atender as necessidades das Unidades: Instituição Adélia Francisca, Casa da Mulher Ji-Paranaense, CRAS Morar Melhor II, CRAS São Francisco, CRAS Jardim dos Migrantes e Casa de Passagem, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família do Município de Ji-Paraná, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em 07 (sete) itens, conforme tabela constante do ANEXO II do Edital – Carta Proposta.

- Todos os itens são **DESTINADOS À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS.**

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico - comprasnet/catmat, e as especificações constantes no Anexo II deste edital, prevalecerão às últimas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como **firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.**

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Existindo itens de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda **não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.7. **Não poderão** disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação **em decorrência de sanção que lhe foi imposta;**

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, **com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada**, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, **o licitante declarará, em campo próprio do sistema**, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa **deverá declarar**, ainda, **em campo próprio do sistema eletrônico**, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A **falsidade da declaração** de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, **após a fase de envio de lances**.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor **total do item**;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Quantidade.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta **em quantitativo** inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão **inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros** que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, **sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto**.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento **serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente**.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em **conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I e a Carta Proposta - Anexo II do Edital**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso **verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato**.

4.9. O município de Ji-Paraná-RO efetuará a retenção do Imposto de Renda eventualmente incidentes sobre o valor de bens, prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, conforme previsto no Decreto Municipal nº 1.330/23, observado cada caso específico tendo como base a Instrução Normativa RF 1.234/2012 e suas alterações.

4.10. Caberá a Contratada destacar na Nota Fiscal dos tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem ou serviço objeto do Edital, nos termos previstos do Decreto Municipal nº 1.330/2023 e Instrução Normativa RB nº 1.234/23.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A **abertura** da presente licitação **dar-se-á automaticamente** em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do item**

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A **etapa de lances** da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será **prorrogada automaticamente pelo sistema** quando houver lance ofertado **nos últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.

- 5.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o **pregoeiro**, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá admitir o reinício da disputa aberta**, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.13.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o preegoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação

realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado **permanecer acima do preço máximo** ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. Caso a licitante não se manifeste no prazo máximo de até **10 (dez) minutos** através do **CHAT MENSAGEM ao ser convocada**, ou não aceite negociar pelo valor proposto, poderá o Pregoeiro (a) desclassificar a licitante no item que não se manifestou ou cujo preço permaneça superior ao estimado pela Controladoria Geral de Preços da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.

5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários **à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados**.

5.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia – CAGEFIMP;

6.1.5. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Ji-Paraná-RO

6.2. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro diligenciará para verificar **se houve fraude** por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 3.6 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. contiver vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobre preço considerará o seguinte:

6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi - integrada ou integrada, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado;

6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e

dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo **se limita a sanar erros ou falhas** que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem, serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no **ANEXO III deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

- 7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou documentos digitais.
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais **quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.** (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 7.12. A **verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**
- 7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do ANEXO III deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, nos termos da Lei 14.133/21, art. 64 e IN 73/2022, art. 39, §4º, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:**

7.14.1. complementação de informações acerca dos **documentos já apresentados** pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja **validade tenha expirado** após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sítio eletrônico **www.ji-parana.ro.gov.br** - Portal da Transparência.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 9.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 9.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 9.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 9.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;
 - 9.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 9.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 9.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 9.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 9.1.5.** fraudar a licitação
 - 9.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 9.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 9.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 9.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 9.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 9.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1.** advertência;
 - 9.2.2.** multa;
 - 9.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
 - 9.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
 - 9.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 9.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 9.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.
- 9.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 9.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico supecol@ji-parana.ro.gov.br e confirmado através do telefone/WhatsApp (69) 9-9975-2759, das 7:30hs às 13:30hs (horário local).

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo expressamente consignado outro parâmetro.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ji-parana.ro.gov.br/>

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

11.11.1.1. Apêndice do Termo de Referência

11.11.2. ANEXO II – Carta Proposta (modelo);

11.11.3. ANEXO III – Documentos para fins de Habilitação;

11.11.3.1. ANEXO III – A – Modelo de Declaração

11.11.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato.

15.1. DO FORO

15.1.1. As partes elegem o **Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO**, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgar toda e qualquer demanda oriunda do presente Edital.

Ji-Paraná, 03 de junho de 2026.

Edital Elaborado por:

[assinado eletronicamente]

Danielly Melo De Souza

Equipe de Apoio

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

Responsável pela licitação:

[assinado eletronicamente]

Ana Paula de Souza Meireles

Pregoeira

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026



TERMO DE REFERÊNCIA

1 - IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a aquisição de materiais permanentes por meio da Secretaria de Assistência Social e Família - SEMASF para atender as necessidades das seguintes Unidades vinculadas:

- I. Casa da Mulher Ji-Paranaense;
- II. Instituição Adélia Francisca;
- III. CRAS Jardim dos Migrantes;
- IV. CRAS São Francisco;
- V. CRAS Morar Melhor II;
- VI. Casa de Passagem.

Natureza do objeto

1.1. O objeto da presente contratação possui natureza de bem comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de equipamentos cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

Quantitativo

1.2. Considerando o público atendido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Família, em aquisição de bens comuns referente a (televisão, caixa de som, suporte para TV) a presente aquisição tem por objetivo atender às unidades vinculadas que prestam atendimento direto ao público em situação de vulnerabilidade social, garantindo condições adequadas para os servidores e usuários dos serviços socioassistenciais.

1.3. O quantitativo estimado de equipamentos necessários está relacionado a seguir, conforme levantamento das necessidades das Unidades da SEMASF contidos nas DFD - Formalização de Demanda 949 de 12/09/2024 (ID 1196705), DFD - Formalização de Demanda 1023 de 12/09/2024 (ID 1196713), DFD - Formalização de Demanda 939 de 12/09/2024 (ID 1196728), DFD - Formalização de Demanda 1024 de 12/09/2024 (ID 1196745), DFD - Formalização de Demanda 938 de 12/09/2024 (ID 1196752) e DFD - Formalização de Demanda 1179 de 12/09/2024 (ID 1196761).

Especificações do objeto e quantidades

1.4. CASA DA MULHER JI-PARANAENSE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
------	---------------	-----	--------	-------------	-------------

10	Televisão 55uq801c, tamanho da tela 55", resolução 4k uhd, processador televisão lg 55uq801c, tamanho da tela 55", resolução 4k uhd, processador a5 gen5, sistema operacional webos 22, google assistente built-in sim, alexa works-with sim, reproduzidor de áudio bluetooth sim (v5.0), painel de controle sim, music player s	und	01	R\$ 2.300,00	R\$ 2.300,00
----	--	-----	----	--------------	--------------

1.5. INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO ADÉLIA FRANCISCA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	Caixa de som ativa, com potência mínima de 2000 watts: impedância nominal de 8 ohms, equalizador em 04 bandas, 02 falantes de 15 / driver ti, resposta de frequência 40hz e 20hz. Manual em português e demais dispositivos necessários para a perfeita instalação e/ou uso do aparelho e garantia mínima de f	und	01	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
07	Televisão 55uq801c, tamanho da tela 55", resolução 4k uhd, processador televisão lg 55uq801c, tamanho da tela 55", resolução 4k uhd, processador a5 gen5, sistema operacional webos 22, google assistente built-in sim, alexa works-with sim, reproduzidor de áudio bluetooth sim (v5.0), painel de controle sim, music player s	und	01	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00

1.6. CRAS JARDIM DOS MIGRANTES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
10	Televisão 55uq801c, tamanho da tela 55", resolução 4k uhd, processador televisão lg 55uq801c, tamanho da tela 55", resolução 4k uhd, processador a5 gen5, sistema operacional webos 22, google assistente built-in sim, alexa works-with sim, reproduzidor de áudio bluetooth sim (v5.0), painel de controle sim, music player s	und	02	R\$3.033,00	R\$ 6.066,00
25	SUPORTE ARTICULADO DE PAREDE PARA FIXACAO EM ALVENARIA, PARA SUPORTAR TV DE ATE 55 POLEGADAS. com as especificacoes minimas: material aco carbono, acabamento anticorrosivo, Pintura: Epoxi eletrostatica (HIGH MICRON). Dimensoes embalagem: (A x L x P): 6 x 30 x 32cm, peso bruto 2,Kg. Cor: Preto. Caracteristicas adicionais: funcoes avanco/recu	und	02	R\$189.06	R\$ 378,12

1.7. CRAS SÃO FRANCISCO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
15	Mesa de som - 24 canais (total) mixer: analógico com alto headroom; canais: 16 pre amplificadores de microfones equalizador: 3 bandas com semi-parametrico nos médios; processadores: 2 fx estéreo de 24 bits com 99 presets incluindo reverb, chorus, flanger, delay, pitch shifter e multi-efeitos; equalizador: gráfico de alta precisão com 9 bandas ou main mixers	und	01	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00

1.8. CRAS MORAR MELHOR II

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
10	Suporte articulado de parede para ecarre em alvenaria, para suportar tv de até 55 polegadas. Com as ecarregável ecarre: material aco carbono, acabamento anticorrosivo, pintura: ca recarregável (high micron). Dimensoes embalagem: (a x l x p): 6 x	und	02	R\$ 322,00	R\$ 644,00

	30 x 32cm, peso bruto 2,6 kg. Cor: preto. Características adicionais: ecarre ecarr/recu				
13	Tv led 55 smart tv full hd: televisor smart tv led de no ecarr 55 polegadas, frequencia a partir de 60hz, conversor integrado, close caption; ecarregá ecarr full hd 1920x1080; no ecarr 02 entradas hdmi traseira, e, no ecarr, 1 entrada hdmi lateral, wi-fi, rede ethernet	und	02	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00
18	Caixa de som com conectividade bluetooth, aux e tws, com caixa de som com conectividade bluetooth, aux e tws, com potencia ecarr de 100w rms, resposta de frequencia ecarreg 50hz 20khz) -6db) com microfone bluetooth, bateria com ecarre ecarr de 6 horas ecarregável, alca para transporte	und	02	R\$ 900,00	R\$ 1.800,00

1.9. CASA DE PASSAGEM

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
07	Smart tv 55" qled 4k 55q80a, modo smart tv 55" qled 4k 55q80a, modo game, processador ia, som em movimento, tela sem limites, visual livre de cabos, alexa built in categoria ? Tv tela ? Tamanho da tela 55" ? Resolucao 3.840 x 2.160 ? Tela curva nao	und	02	R\$ 2.852,81	R\$5.705,62

Prazos - entrega, contratual e possibilidade de prorrogação

1.11. Considerando que o objeto desta contratação caracteriza-se por entrega única e imediata, sem gerar obrigações futuras, a formalização poderá ser realizada por meio de nota de empenho, ordem de fornecimento ou instrumento equivalente que valerá como instrumento contratual.

1.11.1. O prazo de vigência da contratação perdurará até o cumprimento integral das obrigações assumidas pelas partes, especialmente quanto à entrega do objeto, recebimento definitivo e garantia dos equipamentos, observados os prazos estabelecidos no Termo de Referência e na proposta vencedora.

1.11.2. Por se tratar de aquisição de bens permanentes, sem caráter continuado, não haverá prorrogação da contratação, ressalvadas as hipóteses excepcionalmente previstas na Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificadas e autorizadas pela autoridade competente.

1.12. O prazo para entrega será de até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho.

1.12.1. Deverão se entregues na sede do Almoxarifado Central da Prefeitura de Ji-Paraná, situado à Av. Clóvis Arraes, RO 135 KM 01 (saída para Nova Londrina - zona rural) - CEP: 76.900-970 (antigo Partenon), em dias úteis, no horário de 7h30min às 13h30min.

Recebimentos provisório e definitivo

O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas:

1.13. Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos bens com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta da contratada e na Nota de Empenho;

1.14. Definitivamente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade dos bens entregues, mediante atesto do servidor responsável.

1.14.1. Caso sejam constatadas irregularidades, divergências ou defeitos nos bens fornecidos, o recebimento definitivo ficará suspenso até que a contratada promova as correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

1.15. O recebimento definitivo constitui a aceitação formal do objeto e será condição indispensável para a liberação do pagamento à contratada.

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO - JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade de aquisição de materiais permanentes que incluiu caixa de som, mesa de som e *smart tv* 55", destinados às Unidades descritas no item 1 deste Termo, vinculadas à SEMASF.

2.2. Considerando a importância desses equipamentos para o funcionamento adequado das Unidades e o impacto positivo que podem gerar no atendimento e na qualidade dos serviços prestados, a aquisição dos itens se mostra pertinente e necessária para o cumprimento da missão institucional de promover o bem-estar e a inclusão social dos agentes envolvidos, seja servidores, seja assistidos.

2.3. A contratação proposta encontra amparo no interesse público e na busca pela eficiência administrativa, observando os princípios da economicidade, sustentabilidade e continuidade do serviço público. Ademais, a aquisição dos equipamentos permanentes representa medida de caráter estruturante, uma vez que visa aprimorar a infraestrutura física das unidades e garantir o pleno funcionamento das atividades desenvolvidas no âmbito da política municipal de assistência social.

2.4. O processo está instruído com Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência que demonstram a necessidade, a adequação e a viabilidade da solução, conforme o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, em especial nos artigos 11, 18 e 20, que tratam do planejamento das contratações públicas.

2.5. Diante do exposto, resta plenamente justificada a contratação, por atender ao interesse público, à necessidade administrativa e à melhoria da prestação dos serviços socioassistenciais, condicionando-se a realização aos parâmetros estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA

3.1. A presente contratação tem como objetivo atender à necessidade de aquisição de bens permanentes, incluindo caixa de som, mesa de som e *smart tv* de 55 polegadas, destinados às Unidades descritas no item 1 deste termo de referência vinculadas SEMASF.

3.2. A aquisição dos equipamentos é a alternativa mais adequada e vantajosa, pois assegura o uso racional e permanente dos recursos públicos, evitando gastos recorrentes com locações ou soluções temporárias. Ademais, permite melhor controle do ciclo de vida dos bens, desde a instalação e utilização até a manutenção preventiva e corretiva, seguindo as orientações técnicas dos fabricantes e as boas práticas de gestão patrimonial.

3.3. Portanto, a solução proposta visa garantir eficiência, durabilidade e sustentabilidade na utilização dos equipamentos, atendendo às demandas estruturais das Unidades da SEMASF e contribuindo para a melhoria contínua das condições de atendimento à população.

Considerações sobre o ciclo de vida

3.4. A solução considera todas as fases do ciclo de vida dos equipamentos:

1. Aquisição - seleção de produtos com eficiência energética e conformidade com normas técnicas;
2. Transporte e armazenamento - garantindo integridade dos equipamentos;
3. Operação e manutenção - com suporte técnico e manutenção preventiva programada;
4. Descarte ou substituição - realizado de forma ambientalmente responsável, seguindo regulamentações vigentes.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Qualidade dos Materiais

4.1. Os bens a serem fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, de fabricação recente (no máximo 12 meses da data de entrega) e em conformidade com as normas técnicas da ABNT ou equivalentes, quando aplicável.

4.2. Os materiais devem ser de marcas de reconhecida qualidade no mercado e possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

4.3. A entrega deverá ser realizada nas dependências do Almoxarifado Central, conforme endereço constante do item 1.12.1 deste documento.

4.4. O transporte, descarregamento e a instalação (quando aplicável) serão de responsabilidade exclusiva da contratada, sem ônus adicional para a Administração.

4.5. Os produtos deverão ser acompanhados de nota fiscal, manual de instruções em português e certificado de garantia emitido pelo fabricante.

4.6. A contratada deverá prestar assistência técnica durante o período de garantia, corrigindo eventuais falhas sem custos adicionais.

Substituição de Produtos

4.7. Em caso de defeitos ou inconformidades detectadas no ato do recebimento ou durante o período de garantia, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da notificação da Administração.

4.8. A Contratada deverá atender às normas técnicas vigentes, possuir certificações aplicáveis e estar em conformidade com as especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência, sem quaisquer ônus adicionais à CONTRATANTE.

4.9. A Contratada será responsável pelo transporte, armazenamento, manuseio e adequada aplicação dos materiais, garantindo a integridade e o desempenho durante a execução contratual.

Qualificação técnica

4.10. Possuir no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica para comprovação de aptidão para fornecimento, objeto deste Termo, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa prestou, ou vem prestando com qualidade, a contento, o fornecimento compatível com o objeto deste Termo de Referência.

4.11. O atestado deverá conter no mínimo, as seguintes informações - identificação da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado; identificação do licitante e descrição clara dos serviços prestados.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto compreende o fornecimento, entrega e recebimento dos itens previstos, conforme especificações técnicas, quantidades e prazos estabelecidos no instrumento convocatório ou contratual.

5.1. A contratação será formalizada mediante a emissão da nota de empenho conforme o valor e as exigências legais aplicáveis. A partir da formalização se iniciam as obrigações da contratada.

5.2. A contratada deverá agendar previamente a entrega dos materiais junto à SEMASF, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a fim de garantir a adequada organização para o recebimento.

5.3. Os bens deverão ser entregues novos, em perfeitas condições de uso, devidamente embalados e acompanhados da respectiva nota fiscal. A entrega ocorrerá no endereço e horário informados no item 1.12.1 deste TR, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da emissão da nota de empenho ou da assinatura de instrumento hábil.

5.4. A conferência dos itens será realizada por servidor designado, que verificará conformidade, integridade e quantidade.

Montagem e Instalação

5.5. No que couber, a montagem e a instalação dos equipamentos adquiridos são parte integrante da contratação. A contratada deverá realizar todos os serviços necessários para a perfeita instalação, fixação, nivelamento, ajustes e colocação dos itens.

5.6. Os serviços deverão ser executados por equipe tecnicamente habilitada, com o fornecimento de todas as ferramentas, equipamentos e insumos necessários, observando rigorosamente as normas técnicas e de segurança vigentes.

Aceite Definitivo

5.7. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação física, funcional e técnica dos materiais, incluindo a montagem e instalação, confirmando-se o atendimento integral às especificações previstas.

5.8. Eventuais falhas, irregularidades ou divergências deverão ser corrigidas pela contratada em até 10 (dez) dias corridos, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão do contrato ou outro instrumento hábil será realizada conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, com vistas a garantir a adequada execução contratual, a entrega e instalação dos bens conforme especificações técnicas e o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

Serão designados por meio de portaria específica:

6.1.2. Gestor do Contrato - responsável por acompanhar e controlar a execução do contrato sob os aspectos administrativos, promovendo a interlocução entre a Administração e a contratada, e solicitando providências quando necessário.

6.1.3. Fiscal do Contrato: responsável por acompanhar a entrega dos bens, verificar a conformidade dos materiais com as especificações técnicas constantes do edital e Termo de Referência, registrar ocorrências e emitir relatórios de recebimento provisório e definitivo.

A gestão contratual observará os seguintes procedimentos:

6.1.4. Acompanhamento da entrega: o fiscal verificará se os materiais entregues estão de acordo com o quantitativo, as especificações técnicas e as condições estabelecidas no Termo de Referência e nota de empenho ou contrato.

6.1.5. Registro de não conformidades: eventuais divergências ou irregularidades constatadas no ato da entrega serão registradas em termo próprio, cabendo à contratada a substituição ou correção no prazo fixado pela Administração.

Recebimento provisório e definitivo:

6.1.6. O recebimento provisório será feito no ato da entrega, mediante conferência física dos bens e verificação da documentação fiscal.

6.1.7. O recebimento definitivo será formalizado após a verificação de conformidade técnica e funcional, sendo lavrado termo próprio, nos moldes do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.8. Controle de prazos e garantias: o gestor do contrato deverá monitorar os prazos contratuais e o período de garantia dos bens, podendo acionar a contratada sempre que houver necessidade de substituição ou reparo durante a vigência da garantia, se for o caso.

6.1.9. Aplicação de sanções: caso sejam constatadas infrações contratuais, o gestor adotará as providências cabíveis, assegurando o contraditório e ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

6.2. A gestão contratual poderá contar com o apoio técnico de outros servidores da SEMASF, conforme a complexidade do objeto contratado.

6.3. Sanções Administrativas

Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

6.3.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.

6.3.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d. deixar de apresentar amostra;
- e. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

6.3.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

6.3.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

6.3.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

6.3.5. fraudar a licitação;

6.3.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 6.3.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 6.3.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 6.3.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

6.3.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

6.3.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

6.3.9. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

6.3.9.1. advertência;

6.3.9.2. multa;

6.3.9.3. impedimento de licitar e contratar;

6.3.9.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.3.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
2. as peculiaridades do caso concreto;
3. as circunstâncias agravantes ou atenuante;
4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.3.11. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.

6.3.12. Para as infrações previstas no item 6.3.3, 6.3.2 e 6.3.3 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

6.3.13. Para as infrações previstas nos itens 6.3.4, 6.3.5, 6.3.6, 6.3.7 e 6.3.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

6.3.14. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

6.3.15. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.3.16. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.3.1, 6.3.2 e 6.3.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

6.3.17. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.3.4, 6.3.5, 6.3.6, 6.3.7 e 6.3.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.3.1, 6.3.2 e 6.3.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no artigo 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

6.3.18. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 6.3.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do artigo 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

6.3.19. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.3.20. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.3.21. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.3.22. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.3.23. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

Documentação de Habilitação

6.4. A participação no certame está condicionada à apresentação da documentação de habilitação, que comprove a regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômico-financeira da licitante, conforme previsto nos artigos 67 a 69 da Lei nº 14.133/2021.

6.5. Habilitação Jurídica

6.5.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

6.5.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando

de sociedades empresárias;

6.5.3. Documentos de eleição ou designação dos administradores, quando aplicável;

6.5.4. Inscrição do ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas, no caso de sociedades simples;

6.5.5. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.5.6. Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual MEI - deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados e ainda acompanhado de documentos comprobatórios de seus administradores e procuradores.

6.6. Regularidade Fiscal e Trabalhista

6.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.6.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;

6.6.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

6.6.4. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS;

6.6.5. Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);

6.6.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme o art. 642-A da CLT;

6.6.7. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União.

6.7. Qualificação Técnica

6.7.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

6.7.2. A comprovação se dará mediante a apresentação de no mínimo 01 (um) ATESTADO fornecido por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços ou fornecimentos iguais ou semelhantes ao objeto desta licitação.

6.7.3. O (s) atestado(s)/certidões deverão estar necessariamente em nome do licitante, ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

6.7.3.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

6.7.4. Catálogo, folder, ficha técnica ou declaração do fabricante contendo as especificações dos equipamentos ofertados, que permitam a verificação da conformidade com as exigências do Termo de Referência.

6.8. Qualificação Econômico-Financeira

6.8.1. Certidão Negativa de Ações de Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

6.8.1.1. Na hipótese de apresentação de certidão positiva de recuperação judicial, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.

6.8.1.2. Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

6.8.2. Balanço patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, assinados pelo representante legal e pelo contabilista responsável, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

6.8.2.1. As empresas deverão apresentar declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pela licitante dos índices econômicos: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

6.8.2.2. Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem inferiores ou igual a 1, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social no mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente;

6.8.2.3. Os documentos referidos no item 6.8.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

6.8.2.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

6.8.2.5. O microempreendedor individual (MEI), ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

6.8.3. Demonstração de que a licitante possui capacidade financeira compatível com as obrigações do contrato, nos termos do edital.

6.9. Declarações Complementares

- 6.9.1. Declaração de cumprimento das exigências do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de que não emprega menores em condições proibidas por lei;
- 6.9.2. Declaração de inexistência de fatos impeditivos à habilitação;
- 6.9.3. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, quando aplicável;
- 6.9.4. Declaração de que tem ciência e cumpre as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do edital do certame.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Medição

7.1. A medição do objeto será realizada com base na efetiva execução das obrigações pela contratada, mediante verificação e atesto do fiscal do contrato, com a devida apresentação de nota fiscal e demais documentos comprobatórios, conforme a natureza da contratação.

7.1.1. O pagamento observará as fases da despesa pública, iniciando com o empenho, que consiste na reserva de dotação orçamentária, seguido da liquidação, etapa em que se verifica o direito do credor mediante comprovação da execução do objeto e, por fim, o pagamento, que será efetuado após o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato.

7.1.2. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados do atesto, desde que não haja pendências na execução contratual, ficando condicionado à regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

7.2. O pagamento será efetuado após o atesto da fiscalização e apresentação da documentação fiscal pertinente, observadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

7.3. No caso de fornecedor optante pelo Simples Nacional, o pagamento obedecerá ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006, aplicando-se as retenções apenas nas hipóteses legalmente previstas, mediante comprovação do enquadramento.

Pagamento

7.4. O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal/fatura correspondente, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

7.5. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da nota fiscal na unidade competente, observando a os critérios das fases da despesa como empenho, liquidação e posterior o pagamento, desde que não haja pendências ou inconformidades.

7.6. Eventuais diferenças, defeitos ou divergências nas especificações suspenderão o pagamento até a regularização pela contratada.

7.7. O pagamento será realizado exclusivamente por meio de depósito bancário em conta indicada pela contratada, de titularidade da mesma.

Descontos e Penalidades

7.8. Serão aplicados descontos e penalidades previstas em contrato caso haja atraso na entrega ou não conformidade dos materiais, sem prejuízo da rescisão contratual quando cabível.

Critérios de Reajuste - em caso de instrumento contratual

7.9. Em observância ao artigo 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, fica estabelecido o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, divulgado pelo IBGE, como índice de reajustamento aplicável à presente contratação, tendo como data-base a data do orçamento estimado.

7.10. Considerando que a presente contratação se destina à aquisição de bens com entrega única e imediata, sem caráter continuado, e que sua execução não ultrapassará o interregno mínimo de 12 (doze) meses exigido para concessão de reajuste, não se prevê a aplicação prática do reajustamento durante a execução contratual.

7.11. Ressalva-se a possibilidade de revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da contratação, nas hipóteses legalmente previstas, mediante comprovação dos fatos supervenientes e observância dos requisitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

Subcontratação

7.11. Considera-se admissível a subcontratação parcial, exclusivamente para as atividades de montagem e instalação dos bens, caso aplicável, desde que tais serviços não constituam a parcela principal do objeto e que a contratada mantenha integral responsabilidade técnica, operacional e legal sobre a execução contratual.

7.11.1. A subcontratada deverá possuir capacidade técnica compatível com as atividades delegadas, observando-se as normas de segurança e os padrões de qualidade exigidos pela Administração. A contratada deverá comunicar previamente à SEMASF a intenção de subcontratar, apresentando os dados da empresa executora e comprovando sua habilitação.

7.12. Permanece vedada a subcontratação integral do objeto, bem como qualquer forma que descaracterize a responsabilidade direta da contratada perante a Administração.

7.13. São obrigações da Contratada:

- I. Fornecer os bens (móveis, eletrodomésticos, enxoval e vestuário) novos, de primeira qualidade, em conformidade com as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência;
- II. Entregar os materiais no local indicado pela SEMASF ou pelas unidades vinculadas, dentro do prazo máximo fixado no contrato;
- III. Responsabilizar-se pelo transporte, descarga, montagem (quando aplicável) e instalação dos bens;
- IV. Substituir, sem ônus adicional, qualquer item que apresente defeito ou divergência em relação ao especificado, dentro do prazo de garantia;
- V. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- VI. Cumprir integralmente as normas de segurança, meio ambiente e legislação trabalhista aplicáveis.

7.14. São obrigações do Contratante:

- I. Fornecer todas as informações e condições necessárias à adequada entrega dos bens;
- II. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor designado;
- III. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021;
- IV. Realizar os pagamentos devidos à contratada dentro dos prazos pactuados, após o cumprimento das obrigações contratuais e apresentação da documentação fiscal regular;
- V. Comunicar à contratada, por escrito, qualquer irregularidade observada na execução do contrato, exigindo sua imediata correção.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O critério de seleção do fornecedor será o de menor preço por item, conforme disposto no artigo 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens comuns, com especificações objetivas, padronizadas e de fácil comparação entre as propostas.

8.2. A escolha pelo julgamento por item visa garantir a seleção mais vantajosa para a Administração Pública, permitindo ampla competitividade e a obtenção de preços mais acessíveis para cada tipo de bem a ser adquirido, conforme as características individuais descritas neste Termo de Referência.

8.3. O procedimento licitatório será conduzido preferencialmente na modalidade Pregão, na forma eletrônica, conforme o artigo 28 da Lei nº 14.133/2021, por ser mais célere, transparente e adequado à contratação de bens comuns, nos termos da referida norma.

8.4. Serão observadas, ainda, as exigências relacionadas à regularidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e técnica, conforme estabelecido no edital e na legislação vigente, bem como as condições de fornecimento, prazo, garantia e assistência técnica, quando aplicáveis.

8.5. Para a participação no certame, os licitantes deverão comprovar sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do edital.

8.6. A qualificação técnica deverá demonstrar a capacidade do licitante para o fornecimento dos materiais permanentes e dos bens de consumo objeto da contratação, mediante apresentação de:

- a. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento anterior de bens compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto licitado;
- b. Catálogos, portfólios ou fichas técnicas dos produtos ofertados, com especificações que comprovem a conformidade com as exigências do Termo de Referência.

8.7. A qualificação econômico-financeira deverá ser comprovada por meio da apresentação de:

- a. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, emitida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b. Índices contábeis (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) extraídos das demonstrações financeiras do último exercício social, que evidenciem a boa situação financeira da empresa, conforme critérios definidos no edital.

8.8. Os requisitos estabelecidos visam assegurar que os licitantes possuam capacidade técnica e condições econômico-financeiras adequadas para garantir o fornecimento dos bens com qualidade, dentro dos prazos estabelecidos e em conformidade com as especificações exigidas pela Administração.

9 - ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação será definido com base em pesquisa de preços realizada junto a fornecedores locais, consultas em plataformas eletrônicas de compras governamentais e/ou atas de registro de preços vigentes.

9.2. O valor total inicialmente estimado para a aquisição é de R\$ 34.797,44 (trinta e quatro mil, setecentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos).

9.3. A estimativa de valor foi realizada com base na pesquisa de mercado varejista, como apoio complementar, especialmente para produtos de ampla disponibilidade.

9.4. A média aritmética dos valores encontrados foi utilizada como parâmetro estimativo, conforme metodologia orientada pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, assegurando equilíbrio entre preço praticado no mercado e interesse público.

9.5. Além disso, foram realizadas cotações conforme demonstrado pelos documentos de Cotação MAPA de 24/03/2026 (ID 2545115):

ID

121842

DATA

24/03/2026

MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS

VALOR TOTAL

R\$ 34.797,44

OBJETO

PROC. 12485/2026 - AQUISIÇÃO DE TELEVISORES - SEMUSA

ANEXO LOTE ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QTDE.	PAINEL DE PREÇOS	LICITANET	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BLI	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PORTAL DA TRANSPARENCIA - CGU - NFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (COMPRAS GOV)	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
I 001 001	TV LED 55 SMART TV FULL HD: Televisor Smart TV Led de no mínimo 55 polegadas, frequência a partir de 60Hz, conversor integrado, close caption; resolução mínima FULL HD 1920x1080; no mínimo 02 entradas HDMI traseira, e, no mínimo, 1 entrada HDMI lateral, WI-FI, rede ethernet(LAN); entrada de RF; Energia: Bivolt; Padrão VESA de furacão;-	UND 2,00	////	////	////	2.547,00	2.280,00	////	////	2.900,00	////	2.575,67 5.151,34	12,97%
I 001 002	CAIXA DE SOM ATIVA, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 2000 WATTS: impedância nominal de 8 Ohms, equalizador em 04 bandas, 02 falantes de 15 / Driver TI, resposta de frequência 40hz e 20Khz, Manual em português e demais dispositivos necessários para a perfeita instalação e/ou uso do aparelho e garantia mínima de fábrica de 01(un) ano	UND 1,00	////	////	2.943,00	////	////	2.280,00	////	////	2.198,00	2.473,67 2.473,67	12,54%
I 001 003	SMART TV 55: QLED 4K 55080A, MODO Smart TV 55" QLED 4K 55080A, Modo Game, Processador IA, Som em Movimento, Tela sem limites, Visual livre de cabos, Alexa built in Categoria 7 TV Tela ? Tamanho da tela 55" ? Resolução 3.840 x 2.160 ? Tela Curva Não ? Frequência (Hz)120Hz ? Frequência simulada 240 ? Tipo de tela QLED 4K ? Vídeo ? Processador Processado...	UND 2,00	////	3.490,00	3.344,44	////	3.998,97	////	////	////	////	3.611,14 7.222,28	7,97%
I 001 004	MESA DE SOM - 24 CANAIS (TOTAL) MIXER: ANALÓGICO COM ALTO HEADROOM; CANAIS: 16 PRE AMPLIFICADORES DE MICROFONES Equalizador: 3 bandas com semi-parametrico nos médios; Processadores: 2 fx estéreo de 24 bits com 99 presets incluindo reverb, chorus, flanger, delay, pitch shifter e multi-efeitos; Equalizador: gráfico de alta precisão com 9...	UND 1,00	////	3.464,46	////	////	////	3.300,00	4.040,00	////	////	3.601,49 3.601,49	9,14%
I 001 005	SUPORTE ARTICULADO DE PAREDE PARA FIXAÇÃO EM ALVENARIA, PARA SUPORTAR TV DE ATE 55 POLEGADAS. com as especificações mínimas: material aço carbono, acabamento anticorrosivo, Pintura: Epóxi eletrostática (HIGH MICRON). Dimensões embalagem: (A x L x P): 6 x 30 x 32cm, peso bruto 2,6 Kg. Cor: Preto. Características adicionais: funções avanço/recu...	UND 4,00	290,00	////	////	////	////	////	////	290,00	380,00	320,00 1.280,00	10,34%



VALOR(ES) RETIRADO(S) POR INCOMPATIBILIDADE(S) DE PREÇO(S)

Página 1/2
MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS 121842
CONSULTEC SISTEMAS E TECNOLOGIA LTDA
49.999.622/0001-64



2545115 e CRC: 942A2303

ANEXO LOTE ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QTDE.	PAINEL DE PREÇOS	LICITANET	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BLI	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PORTAL DA TRANSPARENCIA - CGU - NFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (COMPRAS GOV)	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
I 001 006	CAIXA DE SOM COM CONECTIVIDADE BLUETOOTH, AUX E TWS, COM Caixa de Som com conectividade Bluetooth, Aux e TWS, com potência mínima de 100W Rms, resposta de frequência dinâmica 50Hz 20Khz)-6dB) com Microfone Bluetooth, bateria com duração mínima de 6 horas recarregável, alça para transporte, cabo para carregamento da bateria	UND 2,00	////	////	////	1.349,00	1.480,00	1.600,00	////	////	////	1.476,33 2.952,66	9,44%
I 001 007	TELEVISAO LG 55UQ801C, TAMANHO DA TELA 55", RESOLUCAO 4K UHD, PROCESSADOR Televisão LG 55UQ801C, Tamanho Da Tela 55", Resolução 4K UHD, Processador A5 Gen5, Sistema Operacional Webos 22, Google Assistente Built-in Sim, Alexa Works-with Sim, Reprodutor De Audio Bluetooth sim (V5.0), Painel De Controle Sim, Music Player Sim, Entrada HDMI 2.0 - 3,	UND 4,00	////	////	////	2.790,00	3.199,00	3.098,00	////	////	////	3.029,00 12.116,00	8,57%
Valor total do anexo após análise			1.160,00	10.444,46	9.631,88	18.952,00	28.313,94	21.172,00	4.040,00	6.960,00	3.718,00	R\$ 34.797,44	
Valor total geral do anexo			1.160,00	10.444,46	9.631,88	18.952,00	28.313,94	21.172,00	4.040,00	6.960,00	3.718,00		

Servidor Responsável:

Diego Lucas Rioja
Ferreira
029.281.352-00



VALOR(ES) RETIRADO(S) POR INCOMPATIBILIDADE(S) DE PREÇO(S)

Página 2/2
MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS 121842
CONSULTEC SISTEMAS E TECNOLOGIA LTDA
49.999.622/0001-64

Do valor preliminar

9.6. Os valores apresentados neste Termo de Referência têm caráter preliminar, sendo calculados com base em referências de contratações anteriores e pesquisa de mercado inicial.

9.7. A precisão dos custos finais dependem de cotação especializada a ser realizada pela Superintendência de Compras e Licitações - SUPECOL, que poderá ajustar os valores (no limite orçamentário previsto) de acordo com os preços praticados no mercado à época da contratação, sem que isso implique alteração na natureza ou no objeto da contratação.

Dessa forma, a Administração ressalta que a estimativa apresentada neste Termo de Referência serve apenas como parâmetro de planejamento e não constitui valor contratual definitivo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CRAS São Francisco, CRAS Jardim dos Migrantes e CRAS Morar melhor:

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FONTE DE RECURSOS:

18 Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

02 PODER EXECUTIVO

02 18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

021801 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 Assistência Social

08 245 Serviços Socioassistenciais

08 245 0006 PRO SOCIAL

08 245 0006 2014 0000 Bloco da Proteção Social Básica

4.4.90.52.00EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FICHA Nº 1238

Instituição Adélia Francisca e Casa da Mulher Ji-Paranaense

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FONTE DE RECURSOS:

18 Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

02 PODER EXECUTIVO

02 18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

021801 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 Assistência Social

08 245 Serviços Socioassistenciais

08 245 0007 PRO VIDAS

08 245 0007 2012 0000 Bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FICHA Nº 1315

casa de passagem

2 Prefeitura Municipal de Ji-Paraná

02 PODER EXECUTIVO

02 28 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍL

022801 GABINETE DA SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAM
08 Assistência Social
08 122 Administração Geral
08 122 0001 GESTÃO ADMINISTRATIVA
08 122 0001 2051 0000 Manut. Atividades da Secretaria Assistência Social e Família - SEMASF
4.4.90.52.00EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FICHA: 1598

Ji-Paraná, 1º de junho de 2026.

revisado por:

Melissa de A. Arantes

assinado por:

Marley Muniz

Secretária Municipal de Assistência Social e Família

Decreto nº 0424/GAB/PM/JP/2026

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **MELISSA DE ANDRADE ARANTES, ASSESSOR (A) TÉCNICO - SEMASF**, em 01/06/2026 às 13:46, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARLEY MUNIZ, SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA**, em 01/06/2026 às 14:23, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2731375** e o código verificador **E0D86FA6**.

Referência: [Processo nº 1-12485/2024](#).

Docto ID: 2731375 v1



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

Constitui objeto deste Estudo Técnico Preliminar - ETP a aquisição de materiais permanentes (televisão, caixa de som, mesa de som, suporte articulado para tv) tendo em vista atender as necessidades das Unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SEMASF, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 - DESCRIÇÃO DO OBJETO - NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

1.1. Aquisição de materiais permanentes do tipo equipamentos eletroeletrônicos e audiovisuais é essencial para garantir que as Unidades de assistência social possam oferecer serviço de qualidade bem como auxiliam na execução de atividades e entretenimento, palestras, oficinas aos assistidos.

1.2. Cada uma das Unidades estão compreendidas em:

- I. Casa da Mulher Ji- Paranaense;
- II. Instituição Adélia Francisca;
- III. CRAS Jardim dos Migrantes;
- IV. CRAS São Francisco;
- V. CRAS Morar Melhor II;
- VI. Casa de Passagem.

1.3. Tais Unidades atendem e prestam serviço a certa diversidade de população, como: crianças, idosos, mulheres em situação de violência, famílias em situação de vulnerabilidade, dentre outras. Equipamentos modernos e funcionais aumentam a eficiência operacional das unidades, reduzindo o tempo necessário para realizar tarefas básicas e permitindo que os servidores se concentrem mais nas necessidades dos assistidos.

1.3. Dispor de equipamentos eletroeletrônicos e audiovisuais adequados contribui para o conforto e bem-estar dos assistidos que frequentam as Unidades e dos servidores, criando um ambiente acolhedor e propício para o desenvolvimento das atividades.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual PCA do exercício de 2026 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família SEMASF, estando alinhada ao planejamento institucional e às ações programadas para o período. A inclusão no PCA demonstra a necessidade previamente identificada pela Administração, assegurando compatibilidade com o planejamento orçamentário e com as políticas públicas a serem executadas no exercício.

2.2. A pretendida contratação está prevista nos Documentos de Formalização de Demanda da seguinte forma:

- I. DFD - Formalização de Demanda 949 de 12/09/2024 (ID 1196705)
- II. DFD - Formalização de Demanda 1023 de 12/09/2024 (ID 1196713)
- III. DFD - Formalização de Demanda 939 de 12/09/2024 (ID 1196728)
- IV. DFD - Formalização de Demanda 1024 de 12/09/2024 (ID 1196745)
- V. DFD - Formalização de Demanda 938 de 12/09/2024 (ID 1196752)
- VI. DFD - Formalização de Demanda 1179 de 12/09/2024 (ID 1196761)

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação deverá contemplar o fornecimento de equipamentos permanentes de áudio e vídeo novos, de primeiro uso, em linha de fabricação, devidamente acondicionados e entregues em perfeitas condições de funcionamento, observadas as especificações técnicas mínimas definidas no Termo de Referência.

3.2. Os equipamentos deverão possuir garantia mínima do fabricante, assistência técnica autorizada e atender aos padrões de qualidade, eficiência e segurança exigidos pelas normas técnicas aplicáveis, incluindo certificações pertinentes emitidas pelos órgãos competentes.

3.3. A futura contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte, entrega e, quando necessário, instalação dos equipamentos nas Unidades indicadas pela SEMASF, observando os prazos, condições e locais previamente estabelecidos pela Administração.

3.4. Os itens deverão ser compatíveis com as finalidades institucionais das Unidades atendidas, possibilitando a utilização em atividades administrativas, reuniões, oficinas, palestras, ações socioassistenciais e demais atividades desenvolvidas pelas Unidades.

3.5. Disponibilidade e entrega - os materiais deverão ser entregues devidamente embalados, montados (quando aplicável) e em perfeitas condições de uso, no endereço indicado pela SEMASF no Almoxarifado Central - Av. Clóvis Arraes - RO 135 km 1, S/N saída para Nova Londrina, Zona Rural - CEP: 76.900-970 - Ji-Paraná/RO (antigo Partenon Centro de Eventos), no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos após a emissão da nota de empenho.

3.6. A entrega deverá observar o horário de funcionamento do Almoxarifado Central, compreendido em dias úteis, das 7:30 às 13:30.

Subcontratação

3.7. Considera-se admissível a subcontratação parcial, exclusivamente para as atividades de montagem e instalação dos bens (caso aplicável), desde que tais serviços não constituam a parcela principal do objeto e que a contratada mantenha integral responsabilidade técnica, operacional e legal sobre a execução contratual.

3.8. A subcontratada deverá possuir capacidade técnica compatível com as atividades delegadas, observando-se as normas de segurança e os padrões de qualidade exigidos pela Administração. A contratada deverá comunicar previamente à SEMASF a intenção de subcontratar, apresentando os dados da empresa executora e comprovando sua habilitação.

3.9. Permanece vedada a subcontratação integral do objeto, bem como qualquer forma que descaracterize a responsabilidade direta da contratada perante a Administração.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO/ AQUISIÇÃO

A estimativa das quantidades dos itens a serem adquiridos foi realizada mediante documentos de formalização da demanda elaboradas pelas respectivas Unidades, da seguinte forma:

4.1. CASA DA MULHER JI-PARANAENSE - DFD - Formalização de Demanda 949 de 12/09/2024 (ID 1196705)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
10	Televisão 55uq801c, tamanho da tela 55", resolução 4k uhd , processador televisão lg 55uq801c, tamanho da tela 55", resolução 4k uhd, processador a5 gen5, sistema operacional webos 22, google assistente built-in sim, alexa works-with sim, reproduutor de áudio bluetooth sim (v5.0), painel de controle sim, music player s	und	01	R\$ 2.300,00	R\$ 2.300,00

4.2. INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO ADÉLIA FRANCISCA - DFD - Formalização de Demanda 1023 de 12/09/2024 (ID 1196713)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	Caixa de som ativa, com potência mínima de 2000 watts: impedância nominal de 8 ohms, equalizador em 04 bandas, 02 falantes de 15 / driver ti, resposta de frequência 40hz e 20hhz. Manual em português e demais dispositivos necessários para a perfeita instalação e/ou uso do aparelho e garantia mínima de f	und	01	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
07	Televisão 55uq801c, tamanho da tela 55", resolução 4k uhd , processador televisão lg 55uq801c, tamanho da tela 55", resolução 4k uhd, processador a5 gen5, sistema operacional webos 22, google assistente built-in sim, alexa works-with sim, reproduutor de áudio bluetooth sim (v5.0), painel de controle sim, music player s	und	01	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00

4.3. CRAS JARDIM DOS MIGRANTES - DFD - Formalização de Demanda 939 de 12/09/2024 (ID 1196728)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
10	Televisão 55uq801c, tamanho da tela 55", resolução 4k uhd, processador televisão lg 55uq801c, tamanho da tela 55", resolução 4k uhd, processador a5 gen5, sistema operacional webos 22, google assistente built-in sim, alexa works-with sim, reproduutor de áudio bluetooth sim (v5.0), painel de controle sim, music player s	und	02	R\$3.033,00	R\$ 6.066,00
25	SUPORTE ARTICULADO DE PAREDE PARA FIXACAO EM ALVENARIA, PARA SUPORTAR TV DE ATE 55 POLEGADAS. com as especificacoes minimas: material aco carbono, acabamento anticorrosivo, Pintura: Epoxi eletrostatica (HIGH MICRON). Dimensoes embalagem: (A x L x P): 6 x 30 x 32cm, peso bruto 2,Kg. Cor: Preto. Caracteristicas adicionais: funcoes avanço/recu	und	02	R\$189.06	R\$ 378,12

4.4. CRAS SÃO FRANCISCO - DFD - Formalização de Demanda 1024 de 12/09/2024 (ID 1196745)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
15	Mesa de som - 24 canais (total) mixer: analógico com alto headroom; canais: 16 pre amplificadores de microfones equalizador: 3 bandas com semi-parametrico nos médios; processadores: 2 fx estéreo de 24 bits com 99 presets incluindo reverb, chorus, flanger, delay, pitch shifter e multi-efeitos; equalizador: gráfico de alta precisão com 9 bandas ou main mixers	und	01	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00

4.5. CRAS MORAR MELHOR II - DFD - Formalização de Demanda 938 de 12/09/2024 (ID 1196752)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
10	Suporte articulado de parede para ecarre em alvenaria, para suportar tv de até 55 polegadas. Com as recarregável recarre: material aco carbono, acabamento anticorrosivo, pintura: ca recarregável (high micron). Dimensoes embalagem: (a x l x p): 6 x 30 x 32cm, peso bruto 2,6 kg. Cor: preto. Caracteristicas adicionais: ecarre ecarr/recu	und	02	R\$ 322,00	R\$ 644,00
13	Tv led 55 smart tv full hd: televisor smart tv led de no ecarr 55 polegadas, frequencia a partir de 60hz, conversor integrado, close caption; ecarregá ecarr full hd 1920x1080; no ecarr 02 entradas hdmi traseira, e, no ecarr, 1 entrada hdmi lateral, wi-fi, rede ethernet	und	02	R\$ 4.000,00	R\$ 8.000,00
18	Caixa de som com conectividade bluetooth, aux e tws, com caixa de som com conectividade bluetooth, aux e tws, com potencia ecarr de 100w rms, resposta de frequencia ecarreg 50hz 20khz) -6db) com microfone bluetooth, bateria com ecarre ecarr de 6 horas ecarregável, alca para transporte	und	02	R\$ 900,00	R\$ 1.800,00

4.6. CASA DE PASSAGEM - DFD - Formalização de Demanda 1179 de 12/09/2024 (ID 1196761)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
------	---------------	-----	--------	-------------	-------------

07	Smart tv 55" qled 4k 55q80a, modo smart tv 55" qled 4k 55q80a, modo game, processador ia, som em movimento, tela sem limites, visual livre de cabos, alexa built in categoria ? Tv tela ? Tamanho da tela 55" ? Resolucao 3.840 x 2.160 ? Tela curva nao	und	02	R\$ 2.852,81	R\$5.705,62
----	---	-----	----	--------------	-------------

4.7. A definição dos quantitativos a serem contratados foi realizada a partir de levantamento técnico conduzido pela equipe de cada Unidade solicitante, com base em critérios objetivos e diretamente vinculados às necessidades operacionais das Unidades.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

5.1. O levantamento de mercado teve por finalidade identificar as soluções e alternativas disponíveis para o atendimento da necessidade da contratação, considerando os diferentes grupos de bens que compõem o objeto, bem como os requisitos técnicos, funcionais e operacionais estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar.

5.2. Verificou-se a existência de ampla oferta no mercado para o fornecimento de equipamentos eletroeletrônico e audiovisual classificados como bens permanentes com fornecedores especializados em cada segmento. As soluções disponíveis atendem ao uso institucional, sendo compatíveis com as atividades laborais desenvolvidas pelas Unidades.

5.3. As alternativas identificadas contemplam diferentes padrões de qualidade, materiais e faixas de preço, permitindo à Administração selecionar a solução mais vantajosa, observados os critérios de economicidade, durabilidade, segurança e atendimento às normas técnicas aplicáveis.

5.3.1. Em atendimento ao disposto no artigo 18, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, realizou-se levantamento de mercado visando identificar soluções disponíveis aptas ao atendimento da necessidade administrativa. Para fins de atualização da estimativa de preços e verificação dos valores praticados, foi elaborada pesquisa de mercado constante da Cotação 2026 ([ID 2488482](#)), cujos resultados demonstram a compatibilidade dos preços estimados com aqueles praticados no mercado, servindo de parâmetro para a definição do valor estimado da contratação.

5.5. Adicionalmente, verifica-se que o objeto da contratação pode ser incluído em Sistema de Registro de Preços - SRP, caso haja previsão de aquisições futuras de natureza semelhante ou possibilidade de adesão por outros órgãos da Administração. Tal sistemática conferiria maior eficiência e planejamento às futuras contratações.

5.5.1. Embora admitida pela legislação, a adesão à Ata de Registro de Preços não se mostra a solução mais adequada ao presente caso. A realização de procedimento próprio permite à Administração exercer controle integral sobre todas as fases da contratação, desde o planejamento e definição das especificações técnicas até a estimativa de quantitativos, pesquisa de preços e fiscalização da execução.

5.5.2. A adesão à ata limita a autonomia do órgão quanto à adequação do objeto às suas necessidades específicas, uma vez que as condições foram previamente estabelecidas por outro órgão, podendo não refletir com precisão a realidade da SEMASF.

5.6. A contratação será realizada por meio da modalidade Pregão, na forma Eletrônica, nos termos do artigo 6º, inciso XLI, e artigo 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o objeto consiste na aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

5.6.1. A forma eletrônica é adotada por proporcionar maior competitividade, ampliação da disputa entre fornecedores, transparência e eficiência na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. Estimativas de valores para a contratação acompanhada dos preços unitários referenciais foram obtidos por meio de pesquisa de preços conforme previsto no art. 23 da lei 14.133/0021, realizados por meio das DFD's mencionadas no item 2 deste ETP.

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ou (banco de preços). II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso (app menor preço). III - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; (fornecedores locais).

6.2. O valor total inicialmente estimado para a aquisição é R\$ 34.797,44 (trinta e quatro mil, setecentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos).

6.3. A definição da demanda foi realizada com base em diagnóstico técnico elaborado pelas equipes responsáveis de cada Unidade demandante vinculada à SEMASF, considerando:



- a. número atual e estimado de atendimentos a população assistida;
- b. estrutura física disponível;
- c. equipe multiprofissional envolvida no atendimento;
- d. ausência, obsolescência ou insuficiência dos materiais disponíveis;
- e. ampliação dos serviços conforme planejamento estratégico da SEMASF.

6.4. A estimativa de valor foi realizada com base na pesquisa de mercado varejista, como apoio complementar, especialmente para produtos de ampla disponibilidade.

6.5. A média aritmética dos valores encontrados foi utilizada como parâmetro estimativo, conforme metodologia orientada pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, assegurando equilíbrio entre preço praticado no mercado e interesse público.

6.6. Além disso, foram realizadas cotações conforme demonstrado pelos documentos de Cotação MAPA de 24/03/2026 (ID 2545115), Cotação RELATORIO de 24/03/2026 (ID 2545116), Cotação CONSOLIDADO de 24/03/2026 (ID 2545117) e Cotação RESULTADO DE COTAÇÃO de 24/03/2026 (ID 2545118).

ID		DATA	MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS										VALOR TOTAL	
121842		24/03/2026											R\$ 34.797,44	
OBJETO														
PROC. 12485/2026 - AQUISIÇÃO DE TELEVISORES - SEMUSA														
ANEXO LOTE ITEM	PRODUTO / SERVIÇO		UNIDADE / QTD.	PAINEL DE PREÇOS	LICITANET	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	RLI	PORTAL NACIONAL DE CONTRATATAÇÕES PÚBLICAS	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - CGU - WFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (COMPRAS GOV)	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
I 001 001	TV LED 55 SMART TV FULL HD: Televisor Smart TV Led de no mínimo 55 polegadas, frequência a partir de 60Hz, conversor integrado, classe captiom; resolução mínima FULL HD 1920x1080; no mínimo 82 entradas HDMI traseira, e, no mínimo, 3 entradas HDMI lateral, Wi-Fi, rede ethernet(LAN); entrada de RF; Energia: 80volt; Padrão VESA de fixação...		UND 2,00	////	////	////	2.547,00	2.200,00	////	////	2.900,00	////	2.575,67 5.151,34	12,97%
I 001 002	CAIXA DE SOM ATIVA, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 2000 WATTS: impedância nominal de 8 Ohm, equalizador em 84 bandas, 82 falantes de 15 / Driver TI, resposta de frequência 40Hz e 20kHz; Manual em português e demais dispositivos necessários para a perfeita instalação e/ou uso do aparelho e garantia mínima de fábrica de 8(um) ano		UND 1,00	////	////	2.943,00	////	2.200,00	////	////	2.100,00	////	2.473,67 2.473,67	12,54%
I 001 003	SMART TV 55: QLED 4K 55088A, MODO Smart TV 55" QLED 4K 55088A, Modo Game, Processador IA, Som em Movimento, Tela sem limites, Visual livre de cabos, Alexa built in Categoria 7 TV Tela 7 Tamanho da tela 55" 7 Resolução 3.840 x 2.160 7 Tela Curva Não 7 Frequência (Hz)120Hz 7 Frequência simulada 240 7 Tipo de tela QLED 4K 7 Video 7 Processador Processado...		UND 2,00	////	3.490,00	3.344,44	////	3.990,97	////	////	////	////	3.611,14 7.222,28	7,97%
I 001 004	MESA DE SOM - 24 CANAIS (TOTAL) MIXER: ANALÓGICO COM ALTO HEADROOM; CANAIS: 16 PRE AMPLIFICADORES DE MICROFONES Equalizador: 3 bandas com semi-paramétrico nos médios; Processadores: 2 fx estêreo de 24 bits com 99 presets incluindo reverb, chorus, flanger, delay, pitch shifter e multi-efeitos; Equalizador: gráfico de alta precisão com 8...		UND 1,00	////	3.464,46	////	////	3.300,00	4.040,00	////	////	////	3.601,49 3.601,49	9,14%
I 001 005	SUPOORTE ARTICULADO DE PAREDE PARA FIXAÇÃO EM ALVENARIA, PARA SUPORTAR TV DE ATÉ 55 POLEGADAS, com as especificações mínimas: material aço carbono, acabamento anticorrosivo; Pintura: Epóxi eletrolítica (HIGH MICRON), Diâmetros embalagem: (A x L x P): 6 x 30 x 32cm, peso bruto 2,6 Kg. Cor: Preto. Características adicionais: Funções avanço/recu...		UND 4,00	290,00	////	////	////	////	////	////	290,00	300,00	320,00 1.200,00	10,34%
VALOR(ES) RETIRADO(S) POR INCOMPATIBILIDADE(S) DE PREÇO(S)														



Página 1/2

MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS 121842

CRAS/ATI 12/2026 e 13/2026

40.000.421/0001-64

Município de JI-PARANA
ESTADO DE RONDÔNIA

CONFORME LEI 14.133/21
E IN SEGES/ME 65/21

ANEXO LOTE ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QTDE.	PAINEL DE PREÇOS	LICITANET	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	RLI	PORTAL NACIONAL DE CONTRATATAÇÕES PÚBLICAS	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - CGU - WFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (COMPRAS GOV)	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
I 001 006	CAIXA DE SOM COM CONECTIVIDADE BLUETOOTH, AUX E TWS, COM Caixa de Som com conectividade Bluetooth, Aux e TWS, com potência mínima de 100W Rms, resposta de frequência dinâmica 50Hz 20kHz (-6dB) com Microfone Bluetooth, bateria com duração mínima de 6 horas recarregável, alça para transporte, cabo para carregamento da bateria	UND 2,00	////	////	////	1.349,00	1.400,00	1.600,00	////	////	////	1.476,33 2.952,66	9,44%
I 001 007	TELEVISÃO LG 55UQ8RIC, TAMANHO DA TELA 55", RESOLUÇÃO 4K UHD, PROCESSADOR Televisor LG 55UQ8RIC, Tamanho Da Tela 55", Resolução 4K UHD, Processador A5 Gen5, Sistema Operacional Webos 22, Google Assistente Built-in Sim, Alexa Works-with Sim, Reprodutor De Audio Bluetooth sim (V5.0), Painel De Controle Sim, Music Player Sim, Entrada HDMI 2.0 - 3.	UND 4,00	////	////	////	2.790,00	3.199,00	3.090,00	////	////	////	3.029,00 12.116,00	8,57%
Valor total do anexo após análise			1.160,00	10.444,46	9.631,08	18.952,00	20.313,04	21.172,00	4.940,00	6.960,00	3.710,00		
Valor total geral do anexo			1.160,00	10.444,46	9.631,08	18.952,00	20.313,04	21.172,00	4.940,00	6.960,00	3.710,00	R\$ 34.797,44	

Servidor Responsável: **Diego Lucas Rioja Ferreira**
029.281.352-00

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A solução consiste na aquisição de equipamentos permanentes de áudio e vídeo, compreendendo televisores, caixas de som e mesas de som, destinados ao atendimento das demandas das Unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social e Família SEMASF.

7.2. A contratação visa promover a modernização e o fortalecimento da estrutura das unidades, proporcionando melhores condições para execução das atividades administrativas, reuniões, palestras, oficinas, campanhas educativas, atendimentos coletivos e demais ações socioassistenciais desenvolvidas pela Secretaria.

7.3. Os equipamentos serão adquiridos conforme especificações técnicas compatíveis com as necessidades institucionais da Administração, priorizando critérios de qualidade, durabilidade, eficiência e funcionalidade, de modo a assegurar adequado desempenho operacional e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

7.4. A solução adotada contempla o fornecimento integral dos equipamentos, devidamente entregues em condições adequadas de uso, incluindo garantia do fabricante e suporte necessário para assegurar a continuidade e eficiência das atividades desenvolvidas nas unidades beneficiadas.

7.5. Dessa forma, a solução escolhida consiste na aquisição de materiais permanentes, por meio de processo licitatório adequado - preferencialmente Pregão Eletrônico - em razão de se tratar de bens comuns, objetivamente especificáveis.

7.6. A opção pela aquisição, em detrimento das demais alternativas, justifica-se pela economicidade, conformidade legal, garantia de qualidade e adequação às necessidades das Unidades vinculadas à SEMASF.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Nos termos do artigo 40, inciso V, alínea "b" da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação opta pelo PARCELAMENTO do objeto, com o objetivo de ampliar a competitividade, permitir a participação de maior número de fornecedores e garantir a contratação mais vantajosa para a Administração.

8.2. Os itens da contratação, embora relacionados ao mesmo grupo de consumo (equipamentos eletrônicos), são autônomos nas funcionalidades e especificações técnicas, sendo perfeitamente possível a contratação isolada, sem prejuízo à padronização ou interoperabilidade.

8.3. A adoção dessa sistemática possibilita:

- I. Maior abrangência na participação de fornecedores, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte;
- II. Redução de preços, dada a especialização de cada fornecedor em itens específicos;
- III. Maior flexibilidade na contratação, sem a obrigatoriedade de um único fornecedor para todo o objeto.

8.4. Dessa forma, o parcelamento com julgamento por item atende plenamente aos Princípios da Eficiência, Economicidade, Isonomia e Seleção da Proposta mais Vantajosa, além de estar em conformidade com as diretrizes legais.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Os objetivos almejados com as aquisições são os seguintes:

- a. melhoria da infraestrutura: a aquisição de materiais modernos e funcionais pode transformar significativamente a infraestrutura dos ambientes de trabalho, tornando os processos mais ágeis e eficientes, além de reduzir o tempo necessário para a execução das tarefas diárias.
- b. aumento da produtividade: equipamentos adequados e em bom estado contribuem diretamente para o aumento da produtividade da equipe, permitindo que os colaboradores desempenhem as funções de forma rápida e eficaz. Isso libera tempo para que possam se dedicar a atividades mais estratégicas e ao atendimento direto aos beneficiários.
- c. melhoria na qualidade dos serviços: com o uso de equipamentos modernos e eficientes, a qualidade dos serviços prestados tende a ser superior, o que resulta em maior satisfação dos usuários atendidos e na consolidação da reputação da instituição.
- d. aumento da capacidade de atendimento: materiais adequados permitem que os processos sejam realizados com maior rapidez e eficiência, que aumenta a capacidade de atendimento da secretaria, otimizando o tempo de resposta e o serviço prestado aos cidadãos.
- e. facilidade de manutenção: materiais de alta qualidade geralmente demandam menos manutenção, reduzindo custos e minimizando o tempo dedicado à manutenção corretiva, garantindo que os serviços da secretaria não sejam interrompidos devido a falhas nos equipamentos.

10. ATOS PRÉVIOS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Para garantir a regularidade e a vantajosidade da contratação, a Administração adotará, previamente à celebração do contrato as seguintes providências:

10.1. Verificação da regularidade fiscal, trabalhista e jurídica dos fornecedores vencedores, conforme os requisitos definidos no edital.

10.2. Confirmação de que o fornecedor está apto para firmar contrato com a Administração Pública, mediante consulta aos cadastros de sanções (CEIS, SICAF, CADIN, etc.).

10.3. Publicação do extrato do contrato no prazo legal, conforme artigo 94 da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

10.4. Designação do fiscal ou da equipe de fiscalização do contrato, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, com ciência formal das suas responsabilidades.

10.5. Aprovação da minuta do edital e da minuta contratual pela Assessoria Jurídica, com emissão de parecer jurídico prévio e vinculante.

10.6. Verificação da disponibilidade orçamentária e emissão da respectiva reserva de dotação, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº 14.133/2021.

10.7. Inclusão do contrato no Plano Anual de Contratações (PAC) e demais sistemas obrigatórios (Compras.gov.br, Sistema de Registro de Preços, etc.), se for o caso.

10.8. Conferência e consolidação das especificações técnicas no Termo de Referência e minuta de edital, com base no ETP, DFD e pesquisa de preços, garantindo alinhamento entre planejamento e execução contratual.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se identifica, neste momento, a necessidade de contratação correlata diretamente vinculada ao objeto em análise. A aquisição de televisão, caixa de som e mesa de som atende de forma autônoma às demandas operacionais das Unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família, não dependendo de serviços ou fornecimentos complementares para instalação ou utilização básica. Eventuais necessidades futuras, como manutenção preventiva, corretiva ou suporte técnico poderão ser tratadas em processos próprios, caso se mostrem necessárias no curso da execução.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

A aquisição de materiais eletrônicos destinados às Unidades da SEMASF, conforme determinado pela legislação deve seguir critérios específicos quanto à qualidade, sustentabilidade e impactos ambientais. Alguns pontos de consideração relevantes incluem:

12.1. A aquisição de materiais eletrônicos para a Secretaria Municipal de Assistência Social pode gerar diversos impactos ambientais. Materiais eletrônicos consomem energia elétrica durante o uso, o que pode contribuir para a demanda energética e emissões de gases de efeito estufa se a energia for proveniente de fontes não renováveis. Além disso, a fabricação desses produtos requer materiais como metais, plásticos e componentes eletrônicos, cuja extração e processamento podem gerar impactos ambientais, como a degradação de ecossistemas e o esgotamento de recursos.

12.2. Os materiais eletrônicos descartados podem se tornar resíduos sólidos, contribuindo para a poluição do solo e da água se não forem descartados adequadamente.

12.3. Para lidar com esses impactos é importante adotar medidas como a escolha de materiais com classificação energética alta, a promoção do uso eficiente de energia, a priorização de produtos fabricados com materiais reciclados ou de fontes sustentáveis e a implementação de programas de reciclagem de eletrodomésticos descartados.

12.4. Ainda, fundamental estabelecer políticas de descarte responsável, promover a coleta seletiva e a destinação correta dos resíduos eletrônicos, apoiar iniciativas que promovam condições de trabalho justas e seguras e selecionar modelos de eletrodomésticos com baixo nível de ruído para mitigar os impactos da

poluição sonora. Essas medidas ajudarão a tornar a aquisição de eletroeletrônicos mais sustentável e a reduzir o impacto ambiental negativo.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO - VIABILIDADE OU NAO PARA A CONTRAÇÃO

Com base no exposto, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de aquisições feitas anteriormente por esta Secretaria, considera-se a aquisição viável, além de necessária para garantir a continuidade das ações desenvolvidas. As questões elencadas no presente estudo subsidiarão critérios de razoabilidade, eficiência, legalidade, especificações, preço médio e o princípio da economicidade para a Administração Pública.

14. ANÁLISE DE RISCOS

Ao olhar para as vulnerabilidades do processo de forma ampla, é importante fazer um diagnóstico para evitar problemas desde a fase inicial até a formalização do processo.

Ações preventivas são aquelas que tomamos com base na análise de riscos para evitar que esses riscos aconteçam. Por outro lado, ações de contingência são aquelas que colocamos em prática quando os problemas começam a surgir.

Para melhor elucidar, serão classificados a probabilidade e o impacto através das possibilidades "BAIXO", "MÉDIO" e "ALTO", bem como será descrito os prejuízos dos danos em hipótese.

1. RISCO: Atraso na entrega dos materiais eletrônicos.

a) Probabilidade - **MÉDIO**;

b) Impacto - **ALTO**;

c) Ação preventiva - Pesquisar a reputação do fornecedor e revisar os termos do contrato de compra para incluir cláusulas de penalização por atraso;

d) Ação de contingência Manter comunicação frequente com o fornecedor, estabelecer um plano de ação alternativo caso ocorra o atraso, e considerar fontes alternativas de aquisição se necessário.

2. RISCO: Recebimento de produtos danificados ou com defeitos de fábrica.

a) Probabilidade - **BAIXO**;

b) Impacto - **MÉDIO**;

c) Ação preventiva - Verificar a reputação do fornecedor em relação à qualidade dos produtos, solicitar garantias e políticas de devolução claras antes da compra;

d) Ação de contingência - Estabelecer procedimentos para inspeção dos produtos no momento da entrega, registrar qualquer dano ou defeito imediatamente e acionar o fornecedor para troca ou reparo conforme as garantias estabelecidas.

3. RISCO: Falha nos materiais logo após o período de garantia.

a) Probabilidade - **BAIXO**;

Impacto - **MÉDIO**

- b) Ação preventiva - Aquisição de marcas com boa reputação em confiabilidade e durabilidade, além de revisar as políticas de garantia e serviço pós-venda do fabricante;
- c) Ação de contingência - Investir em garantias estendidas, manter registros detalhados de manutenção e garantia, e estabelecer parcerias com serviços de reparo confiáveis.

Ji-Paraná, 1º de junho de 2026.

revisado por:

Melissa de A. Arantes

assinado por:

Marley Muniz

Secretária Municipal de Assistência Social e da Família

Decreto nº 0424/GAB/PM/JP/2026

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **MELISSA DE ANDRADE ARANTES, ASSESSOR (A) TÉCNICO - SEMASF**, em 01/06/2026 às 13:46, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARLEY MUNIZ, SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA**, em 01/06/2026 às 14:23, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2730849** e o código verificador **F3D87E9C**.

Referência: [Processo nº 1-12485/2024](#).

Docto ID: 2730849 v1

ANEXO II

CARTA PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-12485/2024 - SEMASF

OBJETO: Aquisição de materiais permanente (eletrodomésticos) para atender as necessidades das Unidades: Instituição Adélia Francisca, Casa da Mulher Ji- Paranaense, CRAS Morar Melhor II, CRAS São Francisco, CRAS Jardim dos Migrantes e Casa de Passagem, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Família do Município de Ji-Paraná, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Dados do proponente:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Município: Estado: CEP:

Telefone:

E-mail:

Dados do responsável pela assinatura do Contrato:

Nome Completo:

CPF n.º

Cargo/Função:

Dados para contato/correspondência:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Dados para pagamentos:

Conta Corrente nº

Agência n.º

Banco.....

À

Superintendência de Compras e Licitações

Prezados Senhores,

Apresentamos a V. S^a, nossa “**PROPOSTA DE PREÇOS**” pelo preço global de R\$ _____
(_____), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	UND	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS					
1.	TV LED 55”– SMART TV – FULL HD: Televisor Smart TV Led de no mínimo 55” polegadas, frequência a partir de 60HZ, conversor integrado, closecaption; resolução mínima FULL HD 1920x1080;	UND	2	2.575,67	5.151,34

	no mínimo 02 entradas HDMI traseira , e, no mínimo, 1 entrada HDMI lateral, WI-FI, rede ethernet (LAN); entrada de RF; Energia: Bivolt; Padrão VESA de furacão; apresentar, no mínimo, os principais aplicativos Netflix, Globo Play, Youtube, Look, Esporte Interativo, Fox play, Google Play, Deve acompanhar um controle remoto abastecido de pilhas, cabo de energia e manual em português, base e parafusos para a fixação. Garantia de no mínimo, 01 (um) ano.				
2.	CAIXA DE SOM ATIVA, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 2000 WATTS: impedância nominal de 8 Ohms, equalizador em 04 bandas, 02 falantes de 15' / Driver TI, resposta de frequência 40hz e 20Hhz. Manual em português e demais dispositivos necessários para a perfeita instalação e/ou uso do aparelho e garantia mínima de fábrica de 01(um) ano	UND	1	2.473,67	2.473,67
3.	SMART TV 55; QLED 4K 55Q80A, MODO Game, Processador IA, Som em Movimento, Tela sem limites, Visual livre de cabos, Alexa built in. CATEGORIAS: Tamanho da tela 55"; Resolução 3.840 x 2.160; Tela Curva Não; Frequência (Hz)120Hz; Frequência simulada 240; Tipo de tela QLED 4K; Vídeo Processador Quantum 4K; PQI (Picture Quality Index) 3800; HDR (High Dynamic Range) Quantum HDR 12x; HDR 10+ HDR10+ certificada; Contraste Direct Full Array 8x; HLG (Hybrid Log Gamma) Sim; Tecnologia de Painel Pontos quânticos, 100% do volume de cor; Ângulo de visão Ângulo de visão wide; Modo Game Turbo+ (Modo Game Automático, VRR, Free Sync, Dynamic Black Equalizer, HDMI 4 4K@120 Hz), Visão expandida e Barra de Jogo; Micro Dimming Esmacimento UHD supremo; Contrast Enhancer Sim; Auto Motion Plus Sim; Modo Filme Sim: Modo Natural Sim; Áudio Dolby Digital Plus Sim; Decoder Dolby 5.1Sim; Som em Movimento; Sincronia Sonora Sim; Aprimoramento de Diálogo Sim; Potência (RMS) 60 W; Tipo de alto-falante 2.2.2 canais; Woofer Sim; Multiroom Link Sim; Bluetooth de Áudio Sim; Smart Service Samsung SMART TV Smart; Sistema operacional Thien; Bixby Inglês (americano e britânico), Espanhol,	UND	2	3.611,14	7.222,28

Coreano, Francês, Alemão, Italiano e Português (Brasil). Características variam de acordo com a língua; Comando de Voz à distância Sim; Interação por voz Sim; Múltiplos assistentes pessoais Sim; Google Assistant integrado Sim; Alexa integrado Sim; Navegador (Web Browser) Sim; Suporte ao app SmartThings Sim; Galeria Sim; TV Plus Sim; Convergência; Espelhamento da TV para Mobile Sim; Espelhamento do Smartphone para DLNA Sim; Tap View Sim; Sound Wall Sim; Multitela Sim; Acesso remoto Sim; 360 Vídeo Player Sim; Suporte à câmera 360 Sim; Bluetooth Low Energy Sim; WiFi Direct Sim; Som da TV para smartphone Sim; Espelhamento de Áudio Sim Sintonizador & Transmissão; Transmissão digital ISDB-T; Sintonizador analógico Sim (Trinorma); Data Broadcasting GINGA; Conectividade HDMI4; USB2; Entrada de Composto (AV)1; Entrada de Componente (Y,Pb,Pr) Não; Ethernet (LAN) Sim; Saída de Áudio Digital (Óptica)1; Entrada de RF (terrestre/entrada de cabo)1 / 1 (Uso Normal para o Terrestre) / 0; Saída de Áudio (Mini-entrada) Não; Suporte para HDMI A/Canal de retorno Sim; eARC Sim; HDMI Quick Switch Sim; WiFi Sim (WiFi5); Bluetooth Sim (BT 4.2); Anynet+ (HDMI-CEC) Sim; Design Design Fina, Visual Livre de cabos; Tipo de Borda Infinita em todos os 4 lados; Espessura Fina; Cor predominante Dark Titan; Tipo de suporte Base; Cor do suporte Cinza arenoso Outros Recursos; Sensor de iluminação inteligente Sim; Inteligência de som antirruído Sim; Som adaptativo Sim; IA Upscaling Sim; Modo Arte (The Frame) Não; Modo Ambiente Modo Ambiente 4.0; Detecção de brilho e cor Sim; Sensor de Movimento (The Frame)Não; Modo Retrato Não; Acessibilidade - Guia de voz Inglês (EUA), Português (Brasil; Acessibilidade - Menu Aprendizado Inglês (EUA), Português (Brasil); Acessibilidade – Outros Ampliar / Alto contraste / Áudio de múltiplas saídas / App See Colors/ Inversão de cores / Tons de cinza / Zoom em linguagem de sinais / Repetição lenta do botão; Digital Clean View Sim; Busca			
--	--	--	--

	<p>automática de canais Sim; Desligamento automático Sim; Legenda Sim; Connect Share™ (HDD)Sim; Connect Share™ (USB 2.0)Sim; EPG Sim; PVR estendido Sim; Tecnologia FreeSync VRRFreeSync Premium Pro; Modo Filmmaker Sim; Idioma local; BT HID integrado Sim; Compatível com HID USB Sim; Time Shift Sim; IPv6 Support Sim; Suporte para MBR Sim; Rotação Não Recursos Ecológicos; Sensor ecológico Sim; Classe Eficiência Energética B Alimentação; Alimentação de Energia100-240 V 50/60 Hz; Consumo de Energia (Máximo)240 W Dimensões; Tamanho da embalagem (LxAxP)1459 x 845 x 178 mm; Tamanho da TV com suporte (LxAxP)1227.6 x 783.4 x 255.8 mm; Tamanho da TV sem suporte (LxAxP)1227.6 x 706.7 x 54.7 mm; Tamanho da Base/Pés (LxP)390.0 x 255.8 mm Peso; Peso com embalagem 27.0 kg; Peso do conjunto com suporte 21.0 kg; Peso do conjunto sem suporte17.9 kg Acessórios; Modelo de controle remotoTM2180E; Controle remoto SolarCell Sim; Smart Control Sim; Suporte para Moldura Customizável (The Frame)Não; Cabo HDMI Não; Compatível com suporte de parede "Slim wall mount" código WMN-A50EB/ZX Não; Compatível com Suporte de Parede Padrão VESA Sim; Única Conexão anexável inclusa Não; Manual do usuário Sim; Manual eletrônico Sim; Cabo de força Sim;</p>				
4.	<p>MESA DE SOM - 24 CANAIS (TOTAL) MIXER: ANALÓGICO COM ALT O HEADROOM; CANAIS: 16 PRE AMPLIFICADORES DE MICROFONES: Equalizador: 3 bandas com semi-parametrico nos médios; Processadores: 2 fx estéreo de 24 bits com 99 presets incluindo reverb, chorus, flanger, delay, pitch shifter e multi-efeitos; Equalizador: gráfico de alta precisão com 9 bandas ou main mixers; Sistema anti-microfonia: (fbq) revela frequências críticas instantaneamente; Leds de pico de sinal, mute, main mix, chaves de roteador nos subgrupos e função solo e pfl em todos os canais; Canais: 2 de entrada estéreo completos com eq de 4 bandas mais 2 canais de entrada estéreo com controle de</p>	UND	1	3.601,49	3.601,49

	nível e fader de pre-auxiliar; Inserts: todos os canais monos e main mix para conexão com equipamentos externos; Saídas: 4 de subgrupo e saída mono adicional Com x over de varredura das baixas frequências para aplicação com subwoofer; Auxiliares: 4 por canal: 2 com chave de pre/pós para monitoramento/aplicações de efeito, 2 pós (para efeito interno ou como envio externo) ;Saídas: do main mix balanceadas com Jack. Polegadas e conexões xlr banhadas a ouro, controle room separada, saída de fone de ouvido e tape estéreo; Função: solo com pfl mais seção de talkback completa; Chave: silencia todos os canais durante intervalos enquanto a música de fundo é fornecida pela entrada de cd/tape; faders: logaritmicos de 60-mm e controles giratórios blindados; Fonte: bivolt interna (100 – 240 volts), áudio livre de ruído, manual em português e garantia mínima de 12 (doze) meses. Modelo de referência: behringer sx2442fx ou similar com as especificações mínimas: material aço carbono, acabamento anticorrosivo, Pintura: Epóxi eletrostática (HIGH MICRON). Dimensões embalagem: (A x L x P): 6 x 30 x 32cm, peso bruto 2,6 Kg. Cor: Preto. Características adicionais: funções avanço/recuo da tela, Ajuste de nível: +90° a -90° (retrato/paisagem) Giro horizontal: 90° (ESQ./DIR.) Limitado ao tamanho do televisor Capacidade VERSA: 75x75 a VESA 400x400 mm (HxV), PESO: até 30 Kg. Inclinação vertical: +15° / - 3°; Distância mínima da parede: 6,5 cm (braços recolhidos); Distância máxima: 41 cm (braços estendidos) acompanhado de 4 prolongadores para VE SA 400, acabamos plásticos, Kit acessórios e manual em português. Garantia mínima de fábrica 12 (dozes) meses.				
5.	SUPORTE ARTICULADO DE PAREDE PARA FIXAÇÃO EM ALVENARIA, PARA SUPORTAR TV DE ATÉ 55" POLEGADAS.	UND	4	320,00	1.280,00
6.	CAIXA DE SOM COM CONECTIVIDADE BLUETOOTH, AUX E TWS, COM potência mínima de 100W Rms, resposta de frequência dinâmica 50Hz – 20Khz)-6dB) com Microfone Bluetooth, bateria com duração	UND	2	1.476,33	2.952,66

	<p>mínima de 6 horas recarregável, alça para transporte, cabo para carregamento da bateria</p>				
7.	<p>TELEVISAO LG 55UQ801C, TAMANHO DA TELA 55", RESOLUCAO 4 K UHD, PROCESSADOR A5 Gen5, Sistema Operacional Webos 22, Google Assistente Built-in Sim, Alexa Works-with Sim, Reprodutor De Áudio Bluetooth sim (V5.0), Painele De Controle Sim, Music Player Sim, Entrada HDMI 2.0 - 3</p>	UND	4	3.029,00	12.116,00
<p>Valor total estimado para todos os itens..... (Trinta e quatro mil, setecentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos)</p>					34.797,44

Observações:

- Nos termos da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações **TODOS OS ITENS** são destinados à **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS**
- Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico – **COMPRASGOV/CATMAT/CATSERV**, e as especificações constantes no Anexo II deste edital, prevalecerão às últimas.
- Todos os itens deverão, no que couber, constar informações a respeito da **marca/modelo/fabricação**.

Prazo de validade da Proposta: 60 (sessenta) dias (mínimo).

Local/ Forma de entrega: Conforme descrito no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

DECLARAÇÃO SOBRE A PROPOSTA APRESENTADA

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do **Edital do Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, objeto supracitado e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, **DECLARAMOS** expressamente que:

- A proposta apresentada para participar da presente licitação, foi elaborada de maneira independente por este licitante e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitante, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitante, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitante antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do presente órgão antes da abertura oficial das propostas;
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;
- g) Entregará/Prestará, sob sua integral responsabilidade, os itens/serviços objeto do referido Edital, no valor ofertado.
- h) Nos preços indicados acima estão incluídos, além dos itens/serviços, todos os custos, materiais, benefícios, encargos, tributos, demais contribuições e todos os pormenores necessários à completa entrega dos materiais/realização do serviço, mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.
- i) Conhece a legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos e que conhece e aceita todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.
- j) Nenhum direito à indenização ou o reembolso de quaisquer despesas será devido, caso a proposta não seja aceita.
- k) Tem amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Local e data

Nome, cargo e assinatura do Representante Legal

ANEXO III DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)

- 1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 1.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.6. Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI
 - 1.6.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com **todas as suas alterações**, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados e ainda **acompanhado de documentos comprobatórios de seus administradores e procuradores**.

2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- 2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- 2.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- 2.4. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual**;
- 2.5. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.6. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e
- 2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

- 3.1. Certidão Negativa de Ações de Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos **90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.
 - 3.1.1. Na hipótese de apresentação de **certidão positiva de recuperação judicial**, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.
 - 3.1.2. Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, **a licitante será inabilitada**, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.
- 3.2. **Balanco patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, assinados pelo **representante legal** e pelo **contabilista responsável**, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa,

extraídos do livro diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

3.2.1. As empresas deverão apresentar **declaração assinada por profissional habilitado** da área contábil, que ateste o atendimento pela licitante dos índices econômicos: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) **superiores a 1.**

3.2.2. Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem **inferiores ou igual a 1**, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social **no mínimo de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

3.2.3. Os documentos referidos no item 3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos.**

3.2.4. As empresas criadas **no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura.**

3.2.5. O **microempreendedor individual (MEI)**, ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

4.2. A comprovação se dará mediante a apresentação de **no mínimo 01 (um) ATESTADO** fornecido por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços ou fornecimentos **iguais ou semelhantes** ao objeto desta licitação.

4.3. O (s) atestado(s)/certidões deverão estar necessariamente em nome do licitante, ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

4.3.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.4. Catálogo, folder, ficha técnica ou declaração do fabricante contendo as especificações dos equipamentos ofertados, que permitam a verificação da conformidade com as exigências do Termo de Referência.

5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

5.1. Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo **Anexo III – A**, elaborada em papel timbrado da empresa:

ANEXO III – A MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na....., por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento

convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

- a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em **www.ji-parana.ro.gov.br**
- h) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- i) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;**
- j) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;
- k) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- l) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

Obs: O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

Ji-Paraná, xx de xxxxxx de 202x.

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

ANEXO IV
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº.....

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, E A
EMPRESA.....**

A **PREFEITURA MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 04.092.672/0001-25, com sede e administração na Av. Dois de Abril, 1.701, bairro Urupá, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXXXX SSP/RO e CPF/MF n.º XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o fornecimento de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

<i>ITEM</i>	<i>ESPECIFICAÇÃO</i>	<i>UNIDADE DE MEDIDA</i>	<i>QUANTIDADE</i>	<i>VALOR UNITÁRIO</i>	<i>VALOR TOTAL</i>
<i>1</i>					
<i>2</i>					
<i>3</i>					
<i>...</i>					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.** O Termo de Referência;
- 1.3.2.** O Edital da Licitação;
- 1.3.3.** A Proposta do contratado;
- 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1.3.5. O prazo de vigência da contratação é de contados do (a), na forma do CAPÍTULO V - DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS da Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

1.4. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

1.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual (ou) Será admitida a subcontratação do objeto contratual conforme previsto no capítulo..... do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

1.6. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

1.7. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

1.8. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

1.9. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

1.10. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice..... (**conforme Termo de Referência**), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.11. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.12. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.13. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.14. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.15. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.16. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

1.17. São obrigações do Contratante:

1.18. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

1.19. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

1.20. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

1.21. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

1.22. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

1.23. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

1.24. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

1.25. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

1.26. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

1.27. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

1.28. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

1.29. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

1.30. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

1.31. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);

1.32. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

1.33. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

1.34. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

1.35. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

1.36. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a

descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

1.37. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

1.38. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

1.39. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

1.40. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

1.41. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

1.42. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

1.43. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

1.44. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

1.45. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.46. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

1.47. 1.47 - Não haverá exigência de garantia contratual (ou) A exigência de garantia contratual da execução será a (conforme descrito no Termo de Referência).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

1.48. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 1.49. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - IV. **Multa**:
 - 1. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
 - 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 - 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 - 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 - 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 - 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 1.50. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 1.50.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 1.50.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
 - 1.50.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 1.50.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 1.51. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 1.52. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.53. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

1.54. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.55. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.56. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

1.57. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

1.58. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

1.59. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.59.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

1.60. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.60.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

1.60.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.60.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1.61. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

1.61.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

1.61.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

1.61.3. Indenizações e multas.

1.62. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

1.63. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

1.64. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

1.64.1. Fonte de Recursos:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

1.65. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

1.66. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.67. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

1.68. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

1.69. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

1.70. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

1.71. As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Secretário/Presidente

Representante legal do Contratado

Procurador Geral do Município

TESTEMUNHAS:

1-

2-